

## O “NOVO BAIRRO” JÓQUEI CLUBE: MARCA, TRAÇO E RESISTÊNCIAS DE UM ESPAÇO DE LAZER IDENTITÁRIO EM FORTALEZA

### RESUMO

O Jockey Club Cearense foi um importante equipamento de lazer para a cidade de Fortaleza, desde a sua fundação no ano de 1947, ao gradual processo de abandono até a sua desativação e consequente demolição que ocorreu em 2008. O presente artigo apresenta quais foram os processos que propiciaram a demolição do equipamento, sendo que este se constituía como um patrimônio para a cidade e para o bairro homônimo. Em nossa análise objetiva-se reconhecer quais os sujeitos responsáveis pela concepção do equipamento, as dinâmicas ocorridas no lugar, a partir da sua instalação e após a sua demolição, bem como os interesses e conflitos que culminaram na sua demolição. É parte integrante deste trabalho, perceber como o Jockey Club Cearense enquanto equipamento urbano possuía importância no tocante ao lazer e ao simbolismo social para o bairro e para a cidade de Fortaleza, bem como a requalificação espacial do bairro o “novo bairro” que surge dentro do bairro, após a demolição.

**Palavras Chaves:** Identidade. Patrimônio social. Demolição. Bairro.

### RESUMEN

El Jockey Club Cearense fue un equipo recreacional importante para la ciudad de Fortaleza, desde su fundación en 1947, el proceso de eliminación hasta su desactivación y posterior demolición que tuvo lugar en 2008. En este artículo se presenta cuáles fueron los procesos que llevó a la demolición de lo equipo, y esto se constituye como un patrimonio de la ciudad y el barrio homónimo. En nuestro análisis, el objetivo es reconocer lo que los agentes responsables del diseño de los equipos, las dinámicas que ocurren en el lugar, a partir de su instalación y después de su demolición, así como los intereses y conflictos que culminaron en su demolición. Es una parte integral de esta obra, ver cómo el Jockey Club Cearense mientras equipamiento urbano tuvo importancia en relación con el ocio y el simbolismo social para el barrio y para la ciudad de Fortaleza, y la reordenación espacial del barrio "barrio nuevo" que surge dentro de el barrio, después de la demolición.

**Palabras clave:** Identidad. La equidad social. Demolición. Barrio.

### ABSTRACT

The Jockey Club Cearense was an important leisure equipment for the city of Fortaleza, since its founding in 1947, the phase-out process until its deactivation and subsequent demolition that occurred in 2008. This article aims to understand what were the processes that led to the demolition of the equipment, and this is constituted as an asset to the city and the neighborhood namesake. In our analysis we aim to recognize which subjects responsible for the design of the equipment, the dynamics occurring in the place, from its installation and after its demolition, and the interests and conflicts that culminated in its demolition. It is an integral part of this work, see how the Jockey Club Ceará while urban equipment had importance in relation to leisure and social symbolism for the neighborhood and the city of Fortaleza, and the spatial redevelopment of the neighborhood "new neighborhood" that arises within the neighborhood, after the demolition.

**Key words:** Identity. Social equity. Demolition. Neighborhood

Helania Martins de Souza  
Mestranda - Universidade Federal do  
Ceará  
[Helania.martins@yahoo.com.br](mailto:Helania.martins@yahoo.com.br)

Prof.Dr. Christian Dennis Monteiro  
de Oliveira  
Professor - Universidade Federal do  
Ceará  
[cdennys@gmail.com](mailto:cdennys@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

No bairro Jóquei Clube esteve instalado o Jockey Club Cearense, importante equipamento esportivo para a cidade de Fortaleza e para os moradores do bairro, no qual podemos observar um reconhecimento e uma apropriação pelos moradores do bairro. Esta importância pode ser constatada em levantamentos realizados que trouxeram à tona, a partir, de reportagens jornalísticas o quanto o equipamento foi almejado pela sociedade cearense na década de 1940.

Antes mesmo da instalação do Jockey Club, a história de um sítio marcou a formação e o desenvolvimento do bairro. Durante a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o alemão Franz Wierzbicki instalou-se no sítio São Pedro, localizado atualmente no bairro da Parangaba. Empregado na antiga rede de viação cearense trouxe para o sítio alugado algumas cabeças de gado bovino, nas quais, havia uma limitada produção leiteira, mesmo assim sua comercialização garantiu um excedente de renda para a família. A complementação da renda familiar fez com que o imigrante ainda na década de 1930 ao tomar conhecimento da hipoteca do sítio vizinho, atual bairro Jóquei Clube, resolve assumi-la em 1932. Torna-se então proprietário do sítio denominado Glück –Auf expressão em alemão que significa “feliz regresso”, em 1947 negocia com o Estado a venda de parte de seu sítio, para a instalação do Jockey Club Cearense (JCC). Com o falecimento do alemão Franz Wierzbicki no ano de 1953, os filhos e a esposa resolvem negociar os lotes, no entorno do já instalado Jockey Club. A localização do equipamento denomina o bairro em formação, passando a ser denominado de Jóquei Clube.

Até o ano de 2008 o JCC manteve suas atividades, embora em processo de abandono. A partir desta data, a prefeitura municipal de Fortaleza desapropria uma parte da área para a construção do Hospital da Mulher de Fortaleza. A diretoria do JCC resolve negociar com grupos de interesses distintos à venda do resto da área do hipódromo, atendendo a uma lógica de valorização do solo urbano e especulação imobiliária, o JCC cede lugar a novos equipamentos, o North Shopping Jóquei e a dois condomínios residenciais. O JCC não fugiu a lógica, agonizante por conta da decadência de público e com dívidas relativas aos impostos atrasados.

Estrategicamente localizado na zona Oeste da cidade de Fortaleza, em uma área de crescente expansão e especulação imobiliária, seus dirigentes cederam às pressões da prefeitura que desapropriou uma parte e a outra foi negociada, dando início a sua demolição. A partir destas considerações sobre o bairro e o equipamento é que iremos nos dedicar as questões metodológicas para compreensão dos desafios metodológicos que iram evidenciar a demolição ou despatrimonialização.

## DESAFIOS METODOLÓGICOS: TRAÇO, MARCA E MARCAÇÃO – UMA LEITURA DAS REPRESENTAÇÕES PATRIMONIAIS DO BAIRRO DO JÓQUEI CLUBE EM FORTALEZA

O desafio metodológico apresentado neste artigo está embasado na compreensão das representações patrimoniais do bairro Jóquei Clube. Para isso utilizaremos a obra do geógrafo francês Vincent Veschambre “Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la demolition ” (2008), no qual busca formular reflexões sobre patrimonialização, demolição e produção de memória ou comemoração. Vincent Veschambre (2008, p. 91, tradução nossa) relaciona patrimonialização e demolição, pondo em evidência suas importâncias no contexto da abordagem geográfica. Ele afirma: “O que não é patrimonializado, o que é deixado ao abandono ou demolido, é também muito revelador, senão mais, dos valores da

sociedade”. A partir desta afirmação, o geógrafo põe em igualdade de importância os estudos sobre patrimonialização e seu oposto, a demolição. No entanto, antes de iniciarmos a exploração dos conceitos traço, marca e marcação, faz-se aqui necessário mergulharmos no processo de demolição patrimonial, seus significados e consequências, segundo o mesmo autor. Isso é extremamente importante pelo motivo de que o principal símbolo patrimonial, o Jockey Club, o qual deu nome ao bairro, foi demolido, como já notificado. É tentando explicar esse processo de demolição que adentraremos no primeiro conceito, o de traço, parte preponderante para se refletir, em primeira mão, e nos posicionarmos sobre o valor do Jockey Clube e sobre sua existência como traço. Os outros dois conceitos - marca e marcação - terão continuidade e servirão de embasamento para sua discussão nos capítulos posteriores, lembrando que o de traço também será rediscutido posteriormente. Começamos, então, pelo entendimento de demolição patrimonial.

Veschambre (2008, p. 91, tradução nossa) propõe colocar em debate a relação dialética existente entre patrimonialização/conservação e demolição/supressão. Recuperando reflexões de seus trabalhos anteriores e buscando auxílio em outros geógrafos como Maria Gravar-Barbas, por exemplo, ele define: “[...] patrimonializar, é recusar uma demolição. Vimos que é através da demolição e dos conflitos em torno da ameaça da demolição que se constrói e se amplia progressivamente a noção de patrimônio”.

O processo de demolição tem seus antecedentes e está situado em tempo preciso da história, exatamente a partir da noção de “patrimônio histórico” no curso da Revolução Francesa. Foi nesse período que surgiu o neologismo “vandalismo” a partir do abade Gregoire, este preocupado com a violência praticada pelos que ele denominou de “vândalos” sobre os bens da igreja Católica, cujos atos sistemáticos de destruição dos bens religiosos e da monarquia se tornaram banais e frequentes.

No decorrer do processo histórico, no começo do século XIX, quando da venda dos Bens Nacionais e a demolição também sistemática de prédios franceses importantes, entra em cena o notável escritor, ainda jovem, Victor Hugo. Inconformado com a situação incontrolável escreve dois manifestos propondo uma “Guerra contra os Demolidores”. Tais manifestos se tornaram célebres e tinham como objetivo denunciar a demolição dos bens patrimoniais franceses. Victor Hugo exerceu influência direta, mesmo sendo considerada tardia, nas primeiras leis de proteção ao patrimônio.

O processo de patrimonialização institucional foi forte e decisivo tanto que o modelo francês se espalhou pelo mundo, sugerindo que as instituições, principalmente a UNESCO o adotasse. No que concerne aos projetos de renovação urbana, a partir dos anos de 1960 na França, ocorreu o que se denominou de “máquina de fabricar patrimônio”. Muitos destes projetos promoveram o avanço da ideia de um patrimônio mais amplo no tecido urbano, o que propiciou o aparecimento de leis específicas para os setores de proteção patrimonial como, por exemplo, a lei Malraux, relata Veschambre (2008). Considerando as reflexões sobre a dialética envolvida, ele comenta:

A referência aos setores salvaguardados nos conduz em considerar esta dialética patrimonialização/demolição não somente na dimensão temporal, sob forma de ação/reação, mas igualmente na dimensão espacial. Como temos destacado, valorizar um espaço, patrimonializando-o, é, por conseguinte, desvalorizar o espaço vizinho. [...] Patrimonializar pode ser, portanto, tornar demolições paradoxalmente mais frágeis, além do mais, um pouco mais distante. (VESCHAMBRE, 2008, p. 92, tradução nossa).

Veschambre (2008) passa da mesma forma, a falar de demolição como ato de negação simbólica. Ele agrupa em seu livro diversos autores para apresentar e justificar os fundamentos e a gênese desse processo. Assim, poder-se-ia considerar a demolição

como um processo “banal”, mesmo no sentido de “natural”, inerente a toda sociedade construtora, o que pressupõe que a demolição pertença a um ciclo universal de criação e destruição.

No concernente às questões urbanas a expressão “renovação urbana” se refere às práticas usuais das políticas inerentes as quais estão focadas na dinâmica espacial. Poder-se-ia pensar que esta renovação urbana teria um caráter intemporal, pois obedeceria à cidade, não importando qual, quando ou onde. O que importaria seria a dinâmica exercida pelos atores sobre o urbano.

Trás também a discussão sobre destruição e reconstrução e sua condição correspondente aos materiais de construção e sua durabilidade. Por exemplo, o material empregado incidindo na dinâmica temporal, daí a especificidade de degradação no tempo do construído. Madeira, pedra, cimento, areia sofrem processos de degradação diferentes. As causas da degradação também são ocasionadas por catástrofes naturais e não naturais, como a poluição etc.

Mas ele considera que o essencial das demolições advém das escolhas conduzidas pelas autoridades e pelos proprietários dos bens. É o que se denominou de “destruição construtiva”, ou melhor, que as grandes faces da demolição/construção são procedimentos engendrados na lógica econômica. Segundo ele, este procedimento tem seus remanescentes na cidade medieval, dos séculos XVII e XVIII, e evolui com a ascensão do capitalismo e a revolução industrial, cujo exemplo cabal, nestes termos, é o exemplo da renovação urbana de Paris impetrada por Haussmann. Conseqüentemente, a renovação dos espaços em decadência econômica e social bem localizados, em áreas pericentrais quanto em bairros das cidades contemporâneas pós-industrial e do capitalismo financeiro na era da globalização.

Aqui é importante remeter integralmente o pensamento do geógrafo sobre demolição/reconstrução, pois ela poderá nos guiar e servirá de ponto de apoio quando iniciarmos a discussão sobre o processo de especulação imobiliária e fundiária iniciada no bairro nos capítulos posteriores.

A demolição/reconstrução é igualmente uma operação econômica em si, que suscita uma atividade importante (demolir, depois construir) em um setor estratégico pelo número de empregos que ele representa (o construído). É uma ação que procura criar as condições de uma revalorização fundiária e imobiliária. (VESCHAMBRE, 2008, p. 93, tradução nossa)

Para exemplificar essa demolição/reconstrução imbuída da questão econômica, ele apresenta o caso da caserna de Desjardins, em Angers, na França. A caserna foi demolida por que o argumento oficial da prefeitura foi a de que ela não tinha condições ou recursos financeiros para sua reutilização. Nestes termos, diz Veschambre (2008): a demolição se apresentou mais rentável do que a restauração.

Além do plano material Veschambre (2008) faz uma leitura no plano do simbólico, o que nos proporciona uma visão mais completa da demolição. Ele faz um apanhado sobre o quadro que considera mais evidentemente violento: a guerra. Isso para se referir ao termo destruição ao invés de demolição. Este quadro do simbólico nos interessa em sua completude, pois sem ele, o contexto memória (simbólico)/bairro (concreto) em nosso trabalho ficaria vazio, faltando detalhes importantes. Além do mais, para ele, qualquer que seja o termo empregado - destruição ou demolição – estes representam alvos privilegiados.

Ele parte da premissa de que qualquer violência tem sua vertente simbólica, mesmo onde a violência é física, no caso da guerra, e que as demolições/destruições provocadas pelas guerras tem o lado ideológico simbólico e não deve ser negligenciado. As formas de violência, das mais simples às mais extremas estão propícias em atacar a

memória de grupos rivais, de se atingir o fundamento de suas identidades, seja dentro ou fora de um país ou nação.

Ele faz menção, neste sentido, a elementos patrimonializados, signos mediatizados globalmente cuja simbologia ocorre de forma ideológica político/financeira como as torres gêmeas do World Trade Center, marca arquitetural contemporânea e a signos de simbologias ideológico/religiosas como os budas de Bâmiâm, no Afeganistão. O caso dos budas, igualmente ao das torres gêmeas, é intrigante: patrimônio cultural de grande importância para o budismo foi demolido pelo regime Talibã na forma de um iconoclasmo radical e cuja destruição foi simbolicamente transmitida pela rede de televisão Al Jazira. Veschambre (2008) define a mediatização da demolição como uma vontade de afirmar uma soberania negada pela comunidade internacional.

A comoção gerada pela demolição dos Budas sofreu influência da UNESCO quando se promoveu uma petição para a salvaguarda desses bens culturais. A comoção ou emoção atingiu seus objetivos e isso fez com que

Mesmo se os budas não tivessem sido formalmente classificados como patrimônio mundial, eles foram percebidos como tal no mundo inteiro. Destruindo os budas, o regime Talibã queria destruir simbolicamente a própria ideia de patrimônio mundial. (VESCHAMBRE, 2008, p. 100, tradução nossa).

A demolição de característica simbólica acontece mais banalmente a partir da afirmação de um poder, ou mais ainda, das mudanças de um poder para outro. Ele argumenta que a demolição é parte intrínseca da violência executada nas populações especialmente no concernente aos conflitos e ocupação pela força.

O apanhado teórico, os diálogos exercidos com outros pesquisadores e os exemplos trazidos para a discussão na área patrimonial e ainda mais com os exemplos levantados, fizeram com que Veschambre (2008) tomasse um rumo e concluísse sobre o que entende por demolição. Mas ele não chega a uma definição conceitual, porém lança a seguinte hipótese: a de “[...] que há em toda ação de demolição uma lógica de tornar invisível, de desvalorização, de expropriação simbólica, mesmo da negação da população, das instituições habitando os edifícios e os espaços concernentes.” (VESCHAMBRE, 2008, p 116, tradução nossa).

Neste contexto, ele define que toda forma de demolição representa uma destruição. Nos estudos impetrados por ele sobre a demolição de grandes conjuntos habitacionais franceses, ele propõe chamar estas demolições “banais”, pela razão de não estarem investidas de uma violência explícita.

Considera que qualquer forma de demolição não é neutra. Aliás, para ele, para se compreender estes processos de demolição, faz-se necessário se referir aos sentidos que os atores tomadores de decisão atribuem às heranças urbanas. Mas, ao mesmo tempo, é preciso compreender sobre o ponto de vista dos habitantes sobre o seu vivido a respeito da demolição. Este é outro ponto importante e crucial para nossa pesquisa. Estabelecer um cruzamento destas representações poderá ser definitivo para as conclusões e resultados desta pesquisa.

Aqui vale antecipar um cruzamento de informações. Assim como o nascimento dos conjuntos habitacionais estudados por Veschambre (2008) tem sua gênese como produto da urgência para solução dos problemas sociais, atualmente eles se encontram em outro patamar de urgência: a urgência de sua demolição. Estas observações serão levadas em consideração, pois elas se aproximam do que ocorreu e está ocorrendo no bairro Jóquei Clube. E isso está sendo levantado e verificado.

Ele critica esta postura de demolição ao dizer que elas estão sendo pensadas e executadas como solução última dos problemas sociais, agora classificada em outra

ordem. Para ele, são demolições banalizadas, de forma tecnocrática e que cuja característica é a violência banalizada, ou seja, a violência simbólica ocultada. Segundo ele, isto leva a produzir seu lote de desvalorização, desenraizamento e mesmo causando transtorno em cada operação. A demolição, neste caso, está seguindo orientação puramente econômica.

Considera desta forma, a reprodução da “expropriação simbólica”, do “apagamento dos traços” e da “negação da memória” das categorias populares. Ele percebe as enormes dificuldades que as categorias populares têm em se apropriar definitivamente de seu habitat, e mais significante ainda, de seu espaço, de transformá-lo em marca de forma valorizante e de se inscrever em seu tempo.

Retomamos agora o conceito de traço para associá-lo ao Jôquei Clube tanto em sua origem concreta quanto no processo o qual, após sua demolição, foi transformado no nome do bairro. De antemão, já temos um posicionamento para classificar o bairro no contexto do traço, mas este posicionamento ainda é insuficiente. Temos que ouvir os atores sociais populares, ou seja, os moradores comuns para tomarmos uma posição mais firme ou mesmo modificar o nosso próprio posicionamento, este será o nosso primeiro desafio metodológico.

O traço é um vestígio do passado. Ele remete ao contexto histórico social, é um vestígio espacial material ou imaterial. O traço é passado a espera de um investimento. Neste sentido, se não se investe no traço, ele pode ficar anônimo como é no caso, por exemplo, de uma construção abandonada, ou de um saber-fazer específico não reconhecido. O traço está ligado ao contexto patrimonial no sentido de que é preciso que ele seja reativado, investido, social ou institucionalmente.

Em sua essência o traço é neutro, é um “dado” a ser reconhecido em sua materialidade ou imaterialidade. Não se trata ainda de uma assinatura espacial, para isso, faz-se necessário que ele sofra um investimento como destacamos anteriormente (VESCHAMBRE 2008). O traço, como qualquer objeto ou ação tem seu lugar no espaço, porém ainda não exerce força em si, ou seja, de modo material ou simbólico. Isso só será possível quando os atores sociais, políticos ou econômicos os perceberem como passíveis de manipulação no sentido de tirarem o proveito almejado. Delineada a apresentação do traço, passamos a descrever a relação entre marca e traço, a partir do quadro seguinte e o qual registra de forma simplificada as diferenças entre traço e marca no contexto da marcação espacial.

Quadro 1: Diferenças entre traço e marca

	TRAÇO	MARCA
<b>TEMPORALIDADE</b>	Encarna o passado.	Faz referência ao presente.
<b>INTENCIONALIDADE</b>	Não intencional.	Intencional.
<b>SIGNIFICADOS</b>	Anônimo. Remete a uma atividade um evento.	Remete a um ator.
<b>SINÔNIMOS</b>	Impressão, vestígio, índice.	Assinatura.
<b>AÇÕES POSSÍVEIS</b>	Identificação, reinvestimento, valorização e desaparecimento.	Manutenção, degradação e destruição.

**Fonte original: Veschambre 2008**

A marca, em oposição ao traço, refere-se ao presente, ao momento atual. Quando se investe no traço alguém está trazendo-o para o presente como marca com o objetivo de estabilizá-lo e torná-lo “visível”. A marca é ação dos diferentes atores sociais, sejam eles pessoas ou instituições cuja intenção é a de serem reconhecidas por meio de suas assinaturas. É por isso que a marca está relacionada diretamente ao poder, e, além disso, a marca torna esse poder evidente. E mais importante, para Veschambre (2008), a marca como assinatura representa determinado ator em sua ausência.

Quando se fala de patrimonialização envolvendo estas categorias elas funcionam da seguinte forma seguindo o pensamento de Veschambre (2008): temos, então, o traço a “espera” de investimento. Quando o traço é investido, paulatinamente ele tem a possibilidade de se transformar em marca, quando esta marca se consolida no espaço cria-se uma assinatura. Com esta assinatura consolidada, a marca passa à condição de marcação espacial. Realizando um trajeto oposto, a marcação é caracterizada pela produção de marca que é o investimento no traço. Por isso, marcação é a ação intencional do investimento em traço pelos diferentes atores sociais. Reinvestido, o traço pode se transformar em marca e se consolidar por período indeterminado em marcação.

Agora nada mais significativo, e este é o nosso papel, o de trazer aqui o exemplo do Jôquei Clube. Os argumentos apresentados por nós neste momento poderão ser vistos ou percebidos como complexos ou parecerem contraditórios, mas consideramos que as ações no espaço engendradas pela sociedade também são.

O Jôquei Clube em seu nascimento, paradoxalmente, segue trajetória diferente da apresentada por Veschambre (2008). Quando de sua construção como equipamento urbano de lazer esportivo não se configurava como um traço. Ele, na verdade, nasceu como uma marca e, posteriormente, se consolidou como marcação, já que a assinatura dos seus idealizadores estava concretizada. O Jôquei clube não surgiu a partir de um investimento de um traço para sua revitalização ou reavivamento com um propósito específico. Ele foi idealizado por uma vertente da sociedade de sua época, ou seja, uma elite política e econômica para utilizá-lo em seus momentos de divertimento, lazer e negócios. Por muito tempo ele manteve esse status de marcação até o momento em que entrou em decadência e se transformou em um traço.

Há que se fazer aqui um esclarecimento a este respeito, pois é importante. Os critérios apresentados informando a sequência: o traço que é investido se transforma em marca e, com sua consolidação se transforma em marcação ou assinatura espacial, não é uma via unidirecional, ou seja, um determinado patrimônio já pode nascer como marca, se consolidar como marcação, entrar em decadência e se transformar em um traço. Como se pode perceber, o Jóquei Clube obedeceu a esta lógica.

Para exemplificar um patrimônio hodierno, além de outros que poderiam ser citados, nascendo como marca, recorre-se ao contexto da maritimidade pós-moderna em Fortaleza, o Aquário, e por extensão, ao equipamento patrimônio Centro Cultural Dragão do Mar, localizado na mesma área. O Aquário em construção e o Centro Cultural Dragão do Mar consolidado tratam-se de patrimônios idealizados para marcar um espaço litorâneo privilegiado de Fortaleza. O Aquário está sendo construído para o turismo de lazer e cultural científico, está surgindo como ideia de marca, pois vimos que a marca faz referência ao presente. O Aquário não está se servindo ou investindo em um traço, ele, da mesma forma que o Dragão do Mar e o Jóquei Clube em sua gênese, significam a vontade de um grupo econômico e político atual de consolidar sua assinatura consubstanciada no sucesso de planejamento e ordenamento urbano e no empreendedorismo estratégico. Trata-se de patrimônios com o objetivo de tornar visíveis as presenças de seus idealizadores quando de suas ausências.

Rememoremos que o Jóquei Clube Cearense foi fundado no ano de 1947, a partir da década de 1990 inicia-se o processo gradual de desuso e abandono, até que em 2008, passa pela total desativação. Duas foram as razões pelas quais o Jóquei encerrasse suas atividades. A primeira devido a decadência do turfe no Ceará. A segunda seguiu e continua seguindo a lógica requalificação de espaços urbanos mediante ao intenso processo de especulação fundiária, a partir do fracionamento e loteamento do solo, como da imobiliária o que proveu a construção de novos equipamentos.

Foi justamente após o ano de 2008 que a Prefeitura Municipal de Fortaleza desapropriou parte da área no sentido de construir um hospital direcionado à mulher denominado “Hospital da Mulher de Fortaleza”. É seguindo esse roteiro que a diretoria do Jóquei Clube promoveu a venda da área restante confirmando assim o desaparecimento da estrutura física do Jóquei Clube Cearense em sua total extensão.

Neste momento gostaríamos de deixar nossa posição em relação ao Jóquei Clube na condição de bairro como traço imaterial já que sua estrutura física não existe mais. Deixando claro que esse posicionamento não se esgota aqui, já que é preciso ouvir o ponto de vista da população local em geral sobre o vivido a respeito da demolição do jóquei tanto como patrimônio material demolido quanto nas representações do bairro como símbolo.

No ano de 1969, o bairro foi denominado Daniel de Queiroz, pois houve a pretensão em homenagear o pai da mais representativa escritora cearense, Raquel de Queiroz. No entanto, no ano de 2010, população local e autoridades políticas abriram espaço para se discutir a oficialização do nome do bairro quando foi proposto um resgate do simbólico e este resgate simbólico estava atrelado ao nome Jóquei Clube.

Como era de se esperar, ocorreu uma divisão a respeito do nome a ser escolhido. Uma parte dos moradores estava propensa em defender e manter o nome do pai da escritora Raquel de Queiroz. O argumento foi o de que a família da escritora representava o fortalecimento da identidade não só do bairro, mas da cidade como um todo. Ainda mais interessante, achava-se que, com a demolição do Jóquei, o bairro perdeu sua identidade.

Outro grupo de moradores via na demolição do Jóquei uma perda inestimável e percebiam ser necessário um resgate, pelo menos simbólico, do Jóquei, já que tinham

consciência da importância do mesmo no bairro desde sua instalação até sua demolição. A memória do Jóquei entrou em pauta e esta seria determinante para a denominação do bairro para não deixar que ela desaparecesse. O nome Jóquei Clube foi o escolhido. Se no bairro não há mais o lugar de memória, todavia recuperou-se uma memória do lugar.

Esta mobilização proporcionou uma reivindicação memorial já que a força simbólica social sobre o Jóquei Clube enquanto patrimônio material foi, neste momento, de maior eficácia. Consideramos que houve aqui um investimento no traço, só que este traço não mais no seu aspecto físico, contudo no simbólico. É dessa forma que gostaríamos de definir este traço como “traço-memorial”, ou se aproximando do “monumento-mensagem”, este material, porém com sentido simbólico e para distingui-lo do “monumento-forma” ou do “monumento-traço” (DÉBRAY, 1999, apud VESCHAMBRE, 2009).

Poder-se-ia perguntar: foi o “espírito do lugar” ou a “simbologia do lugar” mais forte do que da materialidade de patrimônio Jóquei? Ou o que foi prometido para a demolição atuou em papel decisivo? Ou ambas as coisas?

Observa-se que os agentes fundiários e imobiliários exerceram influência direta para a demolição do Jóquei Clube. E mais significativo ainda, se as promessas oferecidas para a demolição surtiram o resultado esperado, como observar hoje quando estes mesmos agentes investem na sua nova forma, a do “traço-memorial”. Reinvestindo neste traço, revalorizando-o simbolicamente, estariam estes agentes manipulando-os como suporte de suas ações para criarem um “marca-simbólica” através do vetor mediático?

No quadro da renovação e remodelação urbana por estes agentes, em que contexto se observa o investimento na memória do bairro para sua preservação? Ou melhor, como os agentes políticos e econômicos estão investindo neste “traço-memorial”? O que estão fazendo para transformá-lo em “marca” e, posteriormente, em “marcação”? Que estratégias usam? O que se tem hoje com os novos equipamentos, já se pode considerá-los uma “marca”?

Em primeiro momento, pode-se dizer que a demolição do jóquei foi mais rentável do que sua preservação na memória? Este é o nosso desafio metodológico para entendermos as tramas sociais e institucionais que atuam rotineiramente no bairro Jóquei Clube. Intentamos, a partir desse desafio, responder a questão chave: é possível falar que o Jockey Clube é um patrimônio imaterial, a partir, de sua demolição para o bairro Jóquei Clube? O desafio está posto, cabe a nós solucionarmos.

Por isso, é preciso saber do sentido de todos os atores envolvidos. Primeiro fazer o apanhado da população sobre o vivido a respeito da demolição do jóquei enquanto patrimônio material e sua versão simbólica “traço-memória” como nome do bairro. Da mesma forma, dos agentes políticos e econômicos sobre que sentido atribuem às heranças urbanas.

## BIBLIOGRAFIA

- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960). São Paulo: Annablume, 2003.
- JUNG, C.G. O homem e seus símbolos. 6ª Ed. Trad. Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- LOPES, Marciano Royal Briar. A Fortaleza dos anos 40. 3ª ed. Fortaleza: Gráfica e Editora TIPOGRESSO. 1989.

MAIA, Guilherme Rene. Jockey Club do Rio Grande do Sul: patrimônio moderno e requalificação urbana. Dissertação de Mestrado. Apresentada ao PROP/UFRGS Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Abril de 2012.

TUAN, YU-FU. Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

SERRERA, Ramón. El caballo en el Nuevo Mundo. In: Al-Andalus y el caballo. Lunwerg Editores . A. 1995

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. Tradução. São Paulo. Martins Fontes, 1993.

VESCHAMBRE, Vicent. Traces e Mémoires Urbaines. Enjeux Sociaux de lo Patrimonialisation et de la Démolition. Press Universitaire de Rennes, France, 2008.

VESCHAMBRE, Vincent. Entre lutttes identitaires et instrumentalisation consensuelle. Géographie et cultures [Em ligne], 72 | 2009, mis en ligne le 07 mai 2013. P. 1-12. Disponível em: < <http://gc.revues.org/2230>>. Acesso em: 26 nov. 2014. DOI : 10.4000/gc.2230.